

A depressão na imprensa brasileira (1970-2010): do sentido coletivo ao sentido privado

Ericson Saint Clair¹

Resumo:

Investigamos a construção discursiva da depressão na imprensa do Brasil entre as décadas de 1970 e 2010. A partir da análise do discurso de 863 matérias do jornal Folha de São Paulo e da revista Veja, sugerimos que teria havido uma importante ruptura no sentido hegemônico da palavra “depressão” a partir da década de 90. De 1970 até os anos de 1990, prevalecera nos veículos estudados certo sentido coletivo da palavra, referente aos infortúnios psicossociais advindos especialmente da repressão militar e do caos socioeconômico do país de então. Nos anos 90, ascende o atual sentido privado da depressão como distúrbio mental passível de ser instrumentalizado por saberes técnicos, notadamente a psiquiatria farmacológica. Avaliamos tal alteração discursiva no bojo de transformações histórico-culturais diversas como a ascensão do tema da saúde individual como ideal supremo, o recrudescimento da psicopatologia descritiva, o *boom* das neurociências, o sucesso da indústria farmacêutica e as transformações políticas e econômicas do Brasil na década de 90.

Palavras-chave: Depressão; Jornalismo; Análise do discurso; Saúde.

1 Introdução

Nos últimos anos, o fenômeno da depressão psíquica vem recebendo grande atenção não somente de órgãos e profissionais de saúde como especialmente da população em geral. Há dados concretos que justificam tal preocupação, em parte. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), há hoje cerca de 121 milhões de pessoas diagnosticadas com depressão. No Brasil, o número chega a 10% da população. A venda de antidepressivos cresceu 44% entre 2005 e 2009 em nosso país (GUIMARÃES, 2009). Ainda segundo a OMS, este transtorno será a segunda maior causa de incapacitação para o trabalho em 2020, atrás apenas das doenças coronarianas.

Diante de dados alarmantes como os acima citados, podemos tender, em uma primeira visada, a atrelar o aumento da quantidade de matérias jornalísticas que abordam o transtorno psíquico da depressão exclusivamente à expansão diagnóstica deste problema mental nas últimas décadas. No entanto, a perspectiva de uma análise do discurso midiático com ênfase na historicização das matérias jornalísticas auxilia-nos a aprofundar este problema,

¹ Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professor Adjunto do Departamento de Artes e Estudos Culturais da Universidade Federal Fluminense, Campus Universitário de Rio das Ostras.

relativizando o caráter supostamente natural que a visibilidade de determinados temas midiáticos por vezes parecem adquirir. No caso da atualidade midiática da depressão, entram em jogo não somente as transformações diagnósticas e terapêuticas referentes ao fenômeno no período estudado, mas especialmente o sentido que a própria palavra “depressão” adquire nas matérias publicadas ao longo da temporalidade aqui abarcada.

A partir de uma ampla pesquisa empírica de caráter tanto quantitativo como qualitativo, trabalhamos com 863 matérias da revista *Veja* e da *Folha de São Paulo* publicadas entre as décadas de 1970 e 2010. Seleccionamos e codificamos as matérias que compõem o *corpus* empírico segundo os critérios da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011)².

Neste artigo, mostramos como a atualidade da depressão psíquica na imprensa é tributária de uma radical ruptura, por volta dos anos 90, do sentido hegemônico da palavra “depressão” na mídia brasileira. De 1970 aos anos 90, esta palavra significou majoritariamente um mal *coletivo*, atrelado às mazelas socioeconômicas do país. Especialmente, seu uso estava vinculado às formas como os brasileiros em geral descreviam-se ou eram descritos como “deprimidos”, singularmente no contexto da ditadura militar dos anos 70 e em parte da década seguinte, do caos inflacionário e das agruras e incertezas da redemocratização dos anos 80. No começo da década de 90, porém, a mesma palavra passará, na *maioria* de suas aparições, a adquirir o sentido a que estamos habituados em nosso presente, qual seja: o de um transtorno psíquico passível de instrumentalização por saberes técnicos de especialistas.

Esta importante cisão do sentido midiático dominante da depressão virá acompanhada de uma reconfiguração da *função* social que os meios de comunicação passaram a atribuir-se em relação ao problema. Dada a análise dos inúmeros textos jornalísticos deste longo período, constatamos que o papel reivindicado pela imprensa no que tange à depressão, de 1970 aos anos 90, seria a produção de uma narrativa de forte cunho político. Nos dois veículos

² Para seleção do *corpus* empírico, foi utilizada a ferramenta do “ano artificial” que institui que “12 edições, selecionadas aleatoriamente, de um jornal diário, fornecem uma estimativa confiável do perfil de suas notícias anuais” (BAUER; GASKELL, 2005, p. 197). Logo, foram selecionadas 12 matérias aleatórias que mencionam a palavra “depressão” para representar cada ano analisado. Como a *Folha de São Paulo* é um jornal diário, havia sempre a facilidade de se reunir estas 12 matérias, o que nos permitiu recolher 480 matérias do jornal nesses quarenta anos. Já no caso da revista *Veja*, por esta ser um veículo semanal, e dada a menor frequência de aparecimento do tema da depressão nas duas primeiras décadas avaliadas, não foi possível completar o número de 12 matérias por ano nas décadas de 1970 e 1980, respeitando a lógica de colhermos uma matéria representativa de cada mês. O ano de 1971 de *Veja*, por exemplo, indicou apenas cinco menções à “depressão”. Já o ano de 1979 teve 15. Procurando respeitar o princípio de coletar o máximo de matérias por ano até completarmos 12 unidades, analisamos, nesse caso, todas as 5 matérias de 1971. Quando se ultrapassava o limite de 12, como no caso de 1979, codificávamos apenas 12 das 15 mencionadas. Ao seguir este método, chegamos a 60 menções na década de 70, 86 na década de 80, 117 na década de 90 e 120 na década de 2000 em *Veja*. Ao todo, somando-se *Folha* e *Veja*, formou-se o arquivo final com 863 textos.

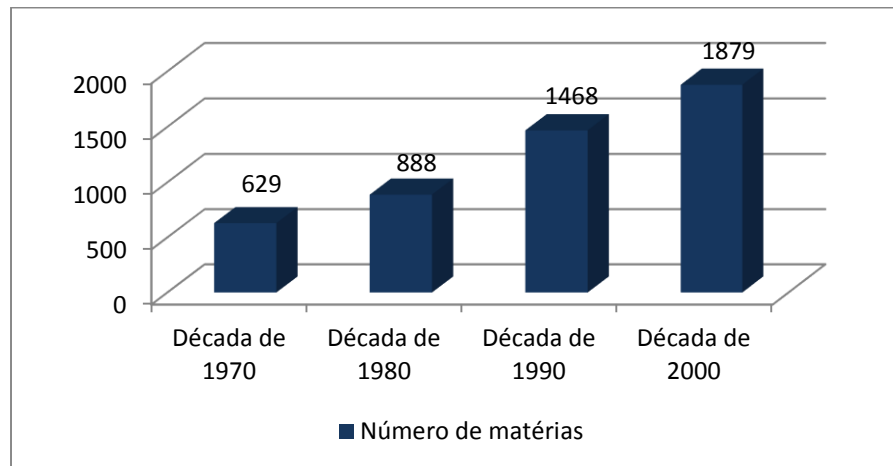
estudados, encontramos algo próximo de uma constante denúncia social das formas de dominação política e econômica dos governos brasileiros. Nesta época, a captura da depressão por saberes técnicos como a psiquiatria ou a medicina em geral seria apenas *mais um* dos diversos sentidos atribuídos a essa palavra – um sentido verdadeiramente muito menos explorado em comparação àqueles que descrevemos como coletivos. A depressão parecia então revelar-se como uma questão de saúde apenas na medida em que era, *também*, uma questão política.

A partir da década de 90, porém, todo um redirecionamento discursivo se operou para que o sentido preponderante da palavra depressão se alterasse decisivamente, em conjunto com a nova função social cultivada pela imprensa relativamente aos “problemas de saúde”. A mídia passaria então a arrogar-se a tarefa de fornecer informações supostamente verdadeiras (já que derivadas do universo científico) acerca da depressão, em tom claramente pedagógico, encorajando seus leitores à modificação de seus comportamentos diante das “verdades descobertas” pela ciência. Seu tom *narrativo* transmutar-se-ia em fundamentalmente *prescritivo*.

Não queremos dizer que antes disso não havia espaço, na mídia, para a depressão como objeto de um saber técnico. Evidentemente, pesquisas consideradas relevantes foram alvo de reportagens ao longo desses vinte e poucos anos. Tais pesquisas, todavia, não fundavam a depressão como *atualidade*, no sentido em que a define, por exemplo, Gabriel Tarde, como “aquilo que atualmente produz interesse” (TARDE, 2005, p. 8). Para que algo adquira o estatuto de atualidade midiática, é preciso que tenha constância de visibilidade, reforçada quase que cotidianamente, de modo a mobilizar as conversações sociais e produzir, de modo paulatino, um grupo de juízos amplamente reconhecido como opinião pública. Um dos mecanismos mais efetivos de produção de interesse é precisamente a exposição continuada, insistente, de uma determinada temática pelos meios de comunicação.

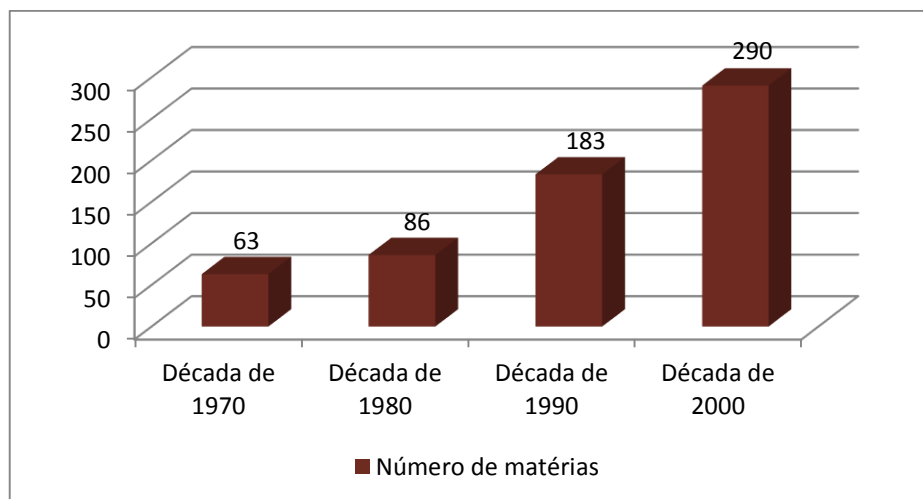
Em nosso arquivo de matérias, a quantidade de textos em que a palavra depressão surge com sentido psíquico pode ser considerada, assim, um forte indicativo desta atualidade. Nos gráficos abaixo, referentes tanto ao jornal Folha de São Paulo quanto à revista Veja, confirmamos tal aumento quantitativo das matérias, especialmente a partir da década de 90:

Gráfico 1



Depressão na Folha de São Paulo. Número total de matérias, por década.

Gráfico 2

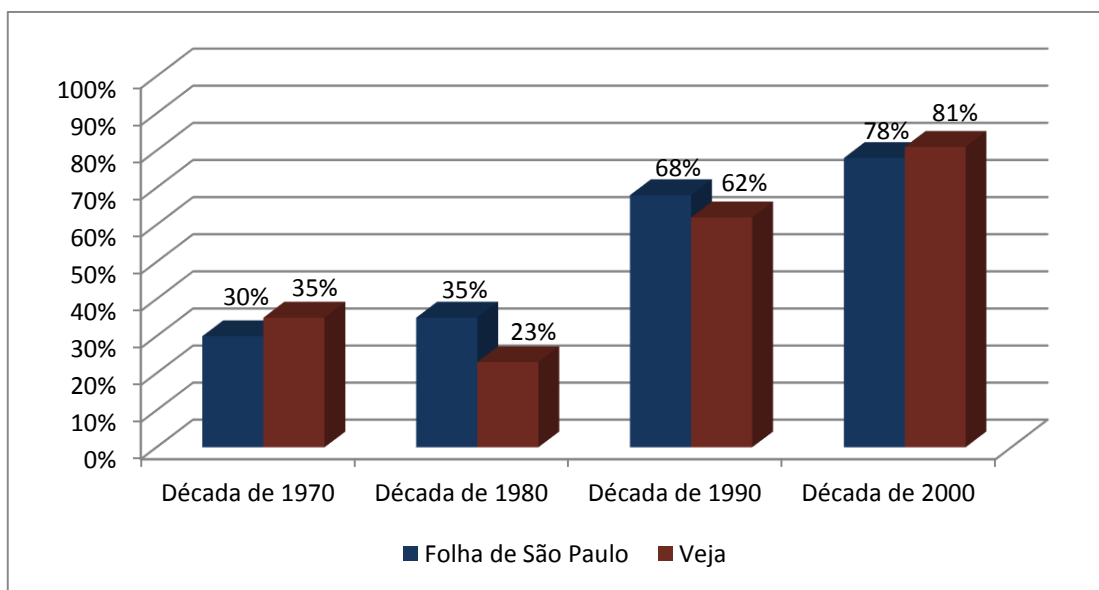


Depressão na Veja. Número total de matérias, por década.

Pela observação dos gráficos acima, notamos que, além de a temática da depressão indicar tendência de aumento quantitativo desde a década de 1970, esse crescimento apresenta um considerável aumento na passagem para a década de 1990. Porém, tão ou mais importante

do que o aumento quantitativo dessas menções à depressão em seu sentido psíquico é a radical mudança de significado que a palavra adquire nesse período. A partir dos anos 90, há uma verdadeira guinada semântica da depressão em direção a sua *privatização*, que depende em parte da ascensão do sentido científico da depressão como preponderante:

Gráfico 3



Sentido científico da depressão na Folha de São Paulo e na Veja. % do total de matérias categorizadas, por década.

Notamos que as matérias acerca da depressão em seu sentido científico eram minoria até os anos 90. A partir de então, o sentido da depressão será tão atrelado a sua cientificização a ponto de hoje sequer podermos mentalizar quais outros significados ela poderia porventura adquirir e, especialmente, em quais contextos. A atual *privatização da depressão* implica esta cientificização *somada* à reivindicação, por parte da mídia, de um papel privilegiado de informar os indivíduos autônomos a respeito dos “avanços da ciência” para que esses possam autogerir-se convenientemente, de maneira privada. Isto, como visto, será presenciado somente a partir da década de 90.

Exponhamos, portanto, os objetivos do presente trabalho. Em uma primeira seção, descrevemos brevemente elementos do chamado sentido coletivo da depressão na imprensa, referentes às décadas de 1970 e 1980. Na seção seguinte, indicaremos características daquilo que denominamos como sentido privado do distúrbio depressivo, reforçando em especial as condições que promoveram tal mudança de estatuto. Finalmente, teceremos nossas considerações finais.

2 O sentido coletivo de depressão (1970-1980)

Da repressão da ditadura militar na década de 70 aos dissabores da crise econômica inflacionária dos anos 80, “depressão” foi uma palavra-chave para designar um mal vivido coletivamente pelos brasileiros então. “A palavra depressão passou a ser um estigma e um espectro de flagelo social”, escreveu certa vez um articulista da Folha (SÁ, 1975, p. 2). Tratava-se então de um quadro bastante diferente do atual, em que se privilegia o sentido privado de depressão.

Para que as depressões das vidas singulares ganhassem a visibilidade que uma folha de jornal ou revista fornecem, era preciso que as histórias em que estas depressões se inseriam fossem – elas sim – motivo de interesse midiático. Ademais, convém lembrar que, no Brasil, de 1968 a 1978 vigorou o propalado Ato Institucional nº 5, talvez o mais incisivo instrumento institucional de intervenção sobre os valores democráticos do período ditatorial do país³. É importante ter em mente a existência do AI-5 ao abordarmos os textos das matérias que aqui trazemos. Além disso, de Outubro de 1969 a Março de 1974, o país teve seu período de maior endurecimento do regime militar, com o governo de Médici. É bastante provável, assim, que haja relação entre esses dados e o fato de que há uma notável raridade de matérias de cunho político brasileiro entre 1971 (primeiro ano de nossa série) até 1975, quando elas se tornam pouco a pouco mais comuns.

É por isso que nos interessam matérias como a de 11 de Agosto de 1971 de Veja, de título “De cabeça erguida”, que narra o funeral do deputado Djalma Maranhão, ex-prefeito de Natal, que, exilado há sete anos no Uruguai, volta ao Brasil apenas para ser enterrado. Djalma, “num momento de depressão, escreveu certa vez a uma amiga da família pedindo que, se morresse no exterior, fosse trazido para Natal e sepultado no cemitério de Alecrim” (VEJA, 11 ago. 1971, p. 24). Destaca-se a ênfase ao mesmo tempo melancólica, irônica e laudatória da matéria na imagem da “volta” do político do exílio “de cabeça erguida”, expressão por ele utilizada quando fora acusado de corrupção em seu mandato como prefeito. Laudatória porque o texto sublinha que

³ Como se sabe, o AI-5 fornecia plenos poderes ao Presidente da República para impor recessos ao Congresso Nacional, cassar mandatos, intervir em municípios e estados sem obediência irrestrita à constituição, suspender o *habeas corpus*, bem como os direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro pelo período de dez anos, além de proibir manifestações populares. No que diz respeito à esfera midiática, estabelecia a censura prévia a jornais e revistas.

apesar da aspereza dos últimos sete anos de sua vida, Djalma Maranhão teria ficado satisfeito se soubesse que pelo menos parte de seu desejo foi cumprida. Segunda-feira passada, numa tarde chuvosa, mais de 5000 pessoas se amontoavam entre os túmulos para ver seu corpo, trazido de Montevideu (...) (VEJA, 11 ago. 1971, p. 24).

Com o fim do governo Médici em Março, o ano de 1975 fora de alguma esperança no sentido do afrouxamento da ditadura, com a chegada de Ernesto Geisel ao poder. Expectativas que seriam logo frustradas com a continuidade de aplicação de uma série de medidas autoritárias, como a permanência do AI-5. Bom exemplo é a coluna significativamente intitulada “O imobilismo e a depressão”, parte de uma matéria maior denominada “Líder do Governo desmente mais cassação de mandatos”, na Folha de 13 de Junho de 1975, cuja reprodução do primeiro parágrafo nos fornece uma dimensão disto que constatamos:

a depressão que tomou conta dos meios políticos logo após a aplicação do AI-5 no Acre e em Rondônia tende a agravar-se por falta de novos horizontes institucionais. Que o processo de distensão foi interrompido, todos concordam. Mas os parlamentares oposicionistas, entre inquietos e desanimados, registram também um recuo do Governo no caminho rumo à normalidade e manifestam o temor de que, ao imobilismo, se suceda uma fase de restrições ainda maiores (FOLHA DE SÃO PAULO, 13 jun. 1975, p. 3).

Esta depressão após um breve período de esperança de distensão do regime é comum após 1975, com o lento processo de redemocratização desvelando-se, mas ainda obscuro e incerto. A segunda metade da década é assim cenário de um Brasil país do “futuro adiado”, expressão melancólica do título de uma matéria de Veja de 20 de Abril de 1977, em que se lamentava o fechamento do Congresso por Geisel no mesmo mês deste ano, por conta da não-aprovação de uma proposta de reforma judiciária pelos deputados. Novamente, a depressão: “Na tarde da quinta-feira, os políticos já sabiam que na sexta-feira voltariam ao trabalho, mas nem por isso deixou de reinar o ar de funda depressão, sensível nos gabinetes e nos corredores da Câmara e do Senado desde a decretação do recesso, a 1º de abril” (VEJA, 20 abr. 1977).

Seja no caso do deputado cassado – depressão psíquica – ou no caso acima mencionado – depressão do parte do meio político – o fato é que a causalidade desta abordagem não-privada do problema reflete as agruras do período de repressão no Brasil. Tais dissabores encontram sua expressão mesmo em relação ao futebol. As eliminatórias da seleção para a Copa de 1978 chegaram a ser regidas pela gramática do tormento político em alguns artigos. O debate crítico em torno da “Pátria de chuteiras” no período da ditadura seria comum desde a Copa de 1970. Sete anos depois, há reflexos desta mesma problematização. Em 23 de Maio de 1977, por exemplo, na matéria da Folha “Seleção arranca dia 30, em nome da Pátria”, reforça-se a importância da alegria de uma vitória da seleção:

na verdade, o futebol vai sufocando a angústia e a depressão provocada por outros problemas. E, num período como o de agora, quando as insatisfações crescem na medida que as pressões aumentam e a seleção brasileira, apesar de pré-classificada, não corresponde, a CBD do almirante Heleno Nunes e do capitão Cláudio Coutinho, mais do que nunca, teve que atentar, com todos os cuidados possíveis, para a palavra de ordem: O Brasil não pode perder (FOLHA DE SÃO PAULO, 23 maio 1977, grifo nosso).

Os anos de 1978 e de 1979 são tempos ainda de discussão a respeito da Lei da Anistia, que seria promulgada pelo presidente João Figueiredo em 28 de Agosto de 1979. Aos poucos, casos de tortura seriam revelados, e a associação entre tortura e depressão também comparecerá em algumas matérias, especialmente no ano de 1979, com a soltura dos presos políticos.

Nesse contexto, em Setembro de 1979, mês seguinte à anistia, a Folha noticiava na matéria “Em S. Paulo, todos os anistiados já foram libertados”, a libertação dos dois últimos presos políticos de São Paulo. Um deles, capturado em 1975 juntamente com a mulher e o casal de filhos, denuncia ao jornal as torturas físicas que sofreram:

fomos torturados no DOI-COD⁴ de São Paulo e de Curitiba. Minha mulher foi torturada barbaramente e por causa disso ficou com o sistema nervoso abalado, tendo crises de depressão periódicas, com graves riscos para a própria vida. Ela traz até hoje os males da tortura. Eu passei por todo tipo de tortura, inclusive uma especialidade da polícia do Paraná: o afogamento a seco, que consiste em colocar um saco úmido na cabeça da vítima que, sufocada, acaba desmaiando (FOLHA DE SÃO PAULO, 01 set. 1979, p. 5, grifo nosso).

Às ideias de depressão do povo e depressão pessoal, reúne-se o viés crítico em relação ao uso estratégico da depressão como *subterfúgio* para atos de violência de regimes autoritários. Este último caso corresponde à denúncia dos jornais à manipulação da depressão como motivo de suicídio de pessoas envolvidas em circunstâncias políticas ou sociais problemáticas. Um suicida político supostamente em depressão poderia ter sido assassinado, e esta possibilidade deveria ser mencionada pelos jornais. Tal contextualização da depressão como artimanha para práticas violentas aparece tanto em matérias a respeito do Brasil quanto da conturbada situação internacional, especialmente nos outros países da América Latina, igualmente submersos em ditaduras asfixiantes.

É assim que Veja põe em questão o enforcamento do servente Aézio da Silva Fonseca, contribuindo para uma onda de indignação com o caso que teria mobilizado até o presidente

⁴ DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, órgão subordinado ao Exército, em ação de 1969 a 1980. Surge com o objetivo de atacar e desmobilizar as organizações militares de esquerda. Suas ações de tortura contra presos políticos foram posteriormente divulgadas, como no caso da matéria em foco.

João Figueiredo. Levantou-se a hipótese de assassinato do servente pelos policiais, na cadeia. Na matéria de 19 de Setembro de 1979, Veja assume um dos lados deste imbróglio com o título “Houve crime: Aézio não se enforcou, diz o juiz” (VEJA, 19 set. 1979, p. 33). O promotor do caso, apesar de subescrever o fato de ter havido tortura, não convencido inteiramente da alta probabilidade de ter havido assassinato, diz que “em sua opinião, Aézio suicidou-se na delegacia, ‘vítima de grande depressão causada pelos maus tratos sofridos” (VEJA, 19 set. 1979, p. 33).

Na década de 1980, aflora midiaticamente a consciência dos percalços por que passam os brasileiros diante do caos econômico que vivia o país. “Aumenta número de tentativas de suicídio por desemprego”, anuncia a Folha em 28 de Agosto de 1983, que abria a reportagem com a frase impactante “a crise econômica está deixando as pessoas enlouquecidas” (FOLHA DE SÃO PAULO, 28 ago. 1983, p.22). Dentre as diversas formas de “loucura”, cita o alcoolismo e a profunda depressão.

Diante do flagelo social, a depressão era sintoma e não doença, diz um articulista da Folha: “Vivemos, sem dúvida, nossa grande depressão. Mas a depressão, assim como a euforia, é um estado irreal, que se esgota em si mesmo e não conduz a nada. O que precisamos é de trabalho” (SOUZA, 1983, p. 3). Outra matéria, saborosamente intitulada “A classe-média está pirando”, de 25 de Julho de 1987, trazia logo abaixo do título um imperativo: “Só se pode escapar da massificação e da reprodução de ideais narcisistas através de uma participação política que leva em conta as necessidades comuns”. No texto, afirma-se que “a verdadeira doença fabricada pela pressão autoritária sobre a cultura foi a desmobilização social” (FOLHA DE SÃO PAULO, 25 jul. 1987, p. 4).

Para finalizar, destacamos o que sentenciava um psiquiatra, em 24 de Maio de 1984, na sugestiva matéria “Situação política pode gerar neuroses, afirma psiquiatra”:

pode-se falar que temos instituições e países que, comparativamente com o indivíduo, aparecem como doentes. O Brasil, nesse momento, é um país doente e um país doente cria indivíduos doentes. (...) A influência negativa da situação política sobre as pessoas pode ser medida pelo aumento do número de consultas por depressão (FOLHA DE SÃO PAULO, 24 mai. 1987, p. A-8).

Notemos como, apesar da presença do psiquiatra, a depressão neste caso não é entendida como mal privado, uma vez que não se autonomiza o problema, ignorando suas vertentes psicossociais, e não se atribui ao leitor uma função de autorregulação pela informação recebida, o que será característica permanente a partir da década de 90.

3 A ascensão do sentido privado de depressão (1990-2010)

É preciso aludir ao contexto sociocultural mundial e, particularmente, ao quadro brasileiro para que se compreenda a mutação do sentido de depressão na imprensa de coletivo para privado. Diversos fatores heterogêneos devem ser levados em consideração. Partindo do particular para o geral, recordemos que as condições político-econômico-sociais que favoreceram a visibilidade do sentido de depressão coletiva na Folha de São Paulo e na Veja ao longo das décadas de 1970 e 1980 se desarticularam consideravelmente com o enfraquecimento da ditadura militar na segunda metade da década de 80, cujo marco final institucional foi a retomada das eleições diretas em 1989. No âmbito econômico-social, a estabilização da economia a partir da implantação do Plano Real em 1994 e os grandes avanços subsequentes dos governos até os dias de hoje foram fatos determinantes para dar início ao processo de inserção do Brasil na ordem globalizada contemporânea. Com isso, matérias acerca da depressão coletiva dos brasileiros com o modelo de sociedade vigente tenderam a rarear a partir da década de 1990.

É preciso ressaltar, no entanto, que tal redução da atenção destinada à “depressão psicossocial” na imprensa é fruto de uma alteração de um certo regime de visibilidade discursiva que em parte reflete as transformações do país, mas que é tão influenciada por ela quanto pelas condições econômicas que regem qualquer aparato midiático. Em outras palavras, se a depressão coletiva deu lugar à depressão privada na imprensa, isto se deveu também à percepção de que textos jornalísticos acerca dos cuidados individuais com a depressão despertariam o interesse do público leitor. No contexto mais específico da imprensa brasileira, portanto, a ruptura de sentido da depressão é fruto tanto de condições político-econômico-sociais do Brasil como do desafio constante de captação (CHARAUDEAU, 2010) que rege os meios de comunicação como empresas.

Para além dessas condições especificamente brasileiras, importa igualmente mencionarmos o pano de fundo histórico-social que justificou a ascensão da temática da depressão como distúrbio na atualidade. Como argumentam muitos autores, de tendências teóricas diversas, a questão da saúde sofreu importantes modificações de sentido nas últimas décadas. Fatores distintos contribuem para explicar este fenômeno, dentre eles o nascimento da medicina clínica no século XIX (que trouxe a materialidade do corpo individual para o centro da prática médica, ao atribuir o diagnóstico de uma doença ao vínculo necessário entre lesão do tecido e sintoma, como mostrou FOUCAULT, 2004); o avanço tecnológico médico,

manifestado diversamente nas tecnologias de visualização do corpo (dos raios-X aos atuais *pet-scans*), nas técnicas cirúrgicas como a anestesia e nos avanços em saneamento básico, vacinação etc.; o surgimento da medicina preventiva, focada nas doenças crônicas (como a diabetes e a hipertensão), cuja ênfase está na autorregulação da saúde praticada pelo próprio indivíduo orientado por informações quanto a fatores de risco epidemiológico (LUPTON, 1999; MOULIN, 2008; ORTEGA, 2008; VAZ, 2010).

No caso particular dos problemas mentais, em que se encaixa a depressão, reconhece-se a relevância de três acontecimentos recentes no destaque dado a este transtorno. O primeiro deles é o advento da chamada *psicopatologia descritiva*, cujo marco encontra-se na publicação da terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-III), de 1980. O DSM-III alterou drasticamente o método de diagnóstico dos problemas mentais ao enfatizar a pura descrição dos sintomas no lugar da compreensão e contextualização dos mesmos (BEZERRA JR., 2007). Sua contribuição é ambígua. De um lado, teria uniformizado o olhar dos médicos em relação aos diagnósticos, outrora muito dependente das interpretações do profissional sobre sintomas, muitas vezes influenciada por fatores subjetivos e culturais. De outro, permitiu a excessiva expansão dos diagnósticos. No caso da depressão, favoreceu em muito a interpretação de casos de tristeza comum como transtornos depressivos (HORWITZ, WAKEFIELD, 2007).

Também o avanço das neurociências nos anos 80 trouxe consigo todo um novo vocabulário fisicalista para descrição da depressão: o mais conhecido deles referente à hipótese de o transtorno ser fruto de um déficit químico de serotonina no cérebro. Mesmo passível de severas críticas em ramos de saber diversos (por exemplo, HEALY, 1997, 2004; HORWITZ, WAKEFIELD, 2007), tal teoria encontrou grande espaço para disseminação midiática em um contexto atual de esvaziamento de abordagens explicativas que levem em consideração o contexto psicossocial na emergência dos problemas mentais.

Finalmente, o último fator, muito relevante, é a ostensiva presença da indústria de antidepressivos desde o final da década de 80, com a chegada ao mercado dos inibidores seletivos de recaptção de serotonina (ISRS), cujo exemplo mais famoso foi o *Prozac*, da fabricante Eli Lilly. Os chamados ISRS prometiam ser mais eficazes que os antidepressivos então existentes, apresentando menos efeitos colaterais. Tal eficácia foi posta em dúvida diversas vezes (como em KIRSCH, 2010 ou HEALY, 2004), apesar de sua pouca divulgação pela imprensa como um todo.

Neste contexto, compreende-se o aumento considerável da atenção midiática ao tema da depressão individual. Na revista *Veja* de 01 de Dezembro de 2001, por exemplo, encontramos matéria intitulada “Infernos femininos” (*VEJA*, 01 dez. 2001, p. 30), cujo subtítulo postula “Esposa, mãe, trabalhadora, a mulher vive exposta a muitas pressões. Efeitos colaterais: a obesidade e o stress”. Mais adiante, no corpo da matéria, encontramos o trecho em que a depressão é mencionada: “Elas já são as maiores vítimas do stress, da depressão e da ansiedade. Hoje, no Brasil, 70% dos consumidores de tranquilizantes e antidepressivos são do sexo feminino”. Pode-se categorizar a *causa* da depressão mencionada, neste caso, como psicossocial: mulheres apresentam mais depressão por conta das pressões sociais que nela se exercem, em especial pela dupla jornada de trabalho. Por outro lado, a abordagem da depressão, aqui, *é puramente privada*. Encarada como mal autonomizado, justificável por si próprio, a depressão é neste caso um problema de saúde, confirmado pelos dados sobre consumo de antidepressivos e calmantes entre mulheres. Vislumbremos, portanto, a diferença de sentido que se apresenta quando os fatores causas da depressão estão em um contexto privado e quando estão em contexto coletivo. Neste, singularidade histórica e menor atenção ao problema de saúde. Naquele, esvaziamento do social, ênfase no corpo e na informação atrelada ao risco.

Alguns anos antes da publicação da matéria acima, uma reportagem da capa de *Veja* foi inteiramente dedicada ao tema, em 31 de Março de 1999. O texto de sete páginas cujo título era “A doença da alma” propunha-se a descortinar a depressão, a começar pela chamada da capa, que reforçava que “o mal já pode ser vencido com a ajuda de remédios” e o destaque, no interior da revista, que decretava, no embalo da euforia com os antidepressivos: “A depressão é o mal que mais ataca as mulheres e cresce entre os homens, mas já pode ser tratada com sucesso pela medicina” (CARDOSO; LUZ, 1999, p. 94). Repleta de depoimentos e vivas à psiquiatria farmacológica, o texto trazia ainda trechos literários de “deprimidos clássicos” como Virginia Woolf e o Hamlet de Shakespeare, além do fatídico teste “Você está deprimido?”, baseado indiretamente no modelo do já mencionado DSM.

O recorrente caráter propagandístico da ciência é presenciado em trechos como “é bom saber que o tratamento eficaz da depressão nunca esteve tão próximo e acessível. Nos últimos dez anos o diagnóstico e o ataque médico à doença avançaram mais rapidamente do que em toda a história anterior da medicina” (CARDOSO; LUZ, 1999, p. 95). Atentava ao problema do subdiagnóstico (“Nove em cada dez pessoas afetadas pela depressão não sabem que têm uma moléstia específica”), e dava pouca ou nenhuma oportunidade ao contraditório,

que se encontra em momentos evasivos do texto como em “embora possa ser reduzida a um problema bioquímico e atacada com sucesso pelos remédios, será sempre um mistério”. No quadro eficazmente denominado “Alívio imediato”, expunha um resumo das “principais formas de tratamento para a depressão”, em que “remédios antidepressivos” ocupavam a maior parte, sendo apenas a seção “Outros tratamentos” o espaço destinado à psicoterapia (“é considerada importante para complementar a ação dos remédios”), eletrochoque e psicocirurgia.

Na esteira da ridicularização da psicanálise, comum nesse período, um dos “olhos”⁵ do texto enfatiza o depoimento de uma publicitária deprimida, que finalmente teria “acertado” o tratamento após ter tentado ajuda com psicoterapia: “Nunca pensei que procuraria um psiquiatra. Mas se você precisa de funilaria não adianta ir ao cabeleireiro. Quinze dias depois de passar pelo médico já estava melhor” (CARDOSO; LUZ, 1999, p. 98). Em outro “olho”, um psiquiatra consultado afirma que “se não fosse depressivo, um gênio como Hemingway teria escrito com a mesma qualidade, mas não teria cometido suicídio” (CARDOSO; LUZ, 1999, p. 100).

4 Considerações finais

Dentro dos limites deste artigo, procuramos mostrar como uma breve história da depressão em parte da imprensa brasileira indica uma crucial transformação do sentido majoritariamente atrelado à palavra “depressão”, do coletivo ao privado. Como sentido “coletivo”, entendemos a visibilidade midiática que ganhou, nas décadas de 1970 e 1980, a depressão dos brasileiros, diante do caos político e econômico por que passava o país então. Já como sentido “privado”, destacamos a atenção dada à depressão como objeto de preocupação e intervenção individual, com a responsabilização do leitor com sua própria saúde, estimulado a buscar os diagnósticos e tratamentos corretos para seus sofrimentos psíquicos. Com o apoio de alguns exemplos e a exposição de parte dos resultados de nossa pesquisa empírica, sustentamos que tal ruptura semântica é tributária de uma série de fatores socioculturais, dentre os quais se destacam alterações no âmbito da política e da economia do Brasil, das práticas de saúde em geral e, notadamente, daquelas envolvendo o problema mental em questão.

⁵ No jornalismo, “olho” é um pequeno trecho da matéria que recebe destaque no meio do texto, com letras de tamanho maior do que aquelas usadas no texto em questão.

A investigação da construção midiática do distúrbio psíquico da depressão no Brasil apresenta-se como um interessante campo de análise das relações entre mídia, discurso e cultura. Se avaliamos esta construção a partir de um escopo histórico mais ou menos amplo, evidenciam-se diversas estratégias discursivas heterogêneas presentes na produção de um objeto de mídia ao longo do tempo. Percebemos então empiricamente como os discursos são de fato móveis, inextricavelmente vinculados ao solo histórico que os constitui. Esta alteração da ordem do discurso implicaria uma relevante modificação daquilo que passamos, seja como produtores ou consumidores de informação, a considerar como relevante socialmente.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BEZERRA JR., Benilton. Da contracultura à sociedade neuroquímica: psiquiatria e sociedade na virada do século. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NEVES, Santuza Combraia (orgs.). **Por que não? Rupturas e continuidades da contracultura**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- HEALY, David. **Let them eat Prozac: the unhealthy relationship between the pharmaceutical industry and depression**. Nova York e Londres: New York University Press, 2004.
- _____. **The antidepressant era**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- HORWITZ, Allan V.; WAKEFIELD, Jerome C. **The loss of sadness – how psychiatry transformed normal sorrow into depressive disorder**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- KIRSCH, Irving. **The emperor's new drugs: exploding the antidepressant myth**. Nova York: Basic Books, 2010.
- LUPTON, Deborah. **Risk – key ideas**. Londres: Routledge, 1999.
- MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain et al. **História do Corpo, volume 3 – as mutações do olhar: o século XX**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- VAZ, Paulo. A vida feliz das vítimas. In: FILHO, João Freire. (Org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

A CLASSE-MÉDIA está pirando. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1982, Folhetim, p. 4.

AUMENTA número de tentativas de suicídio por desemprego. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 ago. 1983, Geral, p. 22.

BRASIL: o futuro foi adiado. **Veja**, São Paulo, Editora Abril, Edição 450, 20 abr. 1977, Brasil, p. 24.

CARDOSO, Maurício; LUZ, Sérgio Ruiz. A doença da alma. **Veja**, São Paulo, Editora Abril, Edição 1591, 31 mar. 1999, Especial, p. 94-101.

DE CABEÇA erguida. **Veja**, São Paulo, Editora Abril, Edição 153, 11 ago 1971, Mortos, p. 24-26.

EM S. PAULO, todos os anistiados já foram libertados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 set. 1979, Política – Nacional, p. 5.

FRAGA, Érica; FILHO, Venceslau Borlina. Afastamentos por doenças mentais disparam no país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. 2011, Mercado.

GUIMARÃES, Ligia. Venda de antidepressivos no Brasil cresce 44,8% em 4 anos, diz pesquisa. **G1**. Economia e Negócios, Medicamentos, 2009.

Disponível em: < http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1411781-9356,00-

[VENDA+DE+ANTIDEPRESSIVOS+NO+BRASIL+CRESCE+EM+ANOS+DIZ+PESQUIS A.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1411781-9356,00-VENDA+DE+ANTIDEPRESSIVOS+NO+BRASIL+CRESCE+EM+ANOS+DIZ+PESQUIS+A.html)>. Acesso em 09 jan. 2012.

HOUVE crime: Aézio não se enforcou, diz o juiz. **Veja**, São Paulo, Edição 576, 19 set. 1979, Justiça, p. 33.

LÍDER do Governo desmente mais cassação de mandatos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jun. 1975. Nacional, p. 3.

OS INFERNOS femininos. **Veja**, São Paulo, Editora Abril, Edição 1729, 01 dez 2001, Especial Mulher, p.30.

SÁ, Jayme Magrassi de. Dos estereótipos à realidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 maio 1975, Análise/Perspectiva, Opinião, p. 2.

SELEÇÃO arranca dia 30, em nome da Pátria. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 mai 1977, Esportes, p. 10.

SITUAÇÃO política pode gerar neuroses, afirma psiquiatra. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 mai. 1987, Política, A-8.

SOUZA, Carlos Alberto de. Um país ciclotímico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 1983, Tendências/Debates, Opinião, p. 3.

Depression in the brazilian press (1970-2010): from collective to private sense

Abstract:

We investigate the discursive construction of depression in Brazil's press between the 1970s and 2010. From the discourse analysis of 863 subjects of the newspaper Folha de São Paulo and Veja magazine, we suggest that there had been a major rupture in the hegemonic sense of the word "depression" since the 90s. From the 1970s to the 90s, it prevailed the collective sense in the studied vehicles, regarding the psychosocial misfortunes arising especially from military repression and socioeconomic chaos in the country. In the 90s, it arises the current sense of depression as a mental disorder that can be instrumentalized by technical knowledge, especially pharmacological psychiatry. We evaluated this discursive change in the midst of a variety of historical and cultural changes as the rise of individual health as a supreme ideal, the strengthening of descriptive psychopathology, the boom of the neurosciences, the success of the pharmaceutical industry and the political and economic transformations of Brazil in the decade of 1990.

Keywords: Depression; Journalism; Discourse analysis; Health.

La depresión en la prensa brasileña (1970-2010): del sentido colectivo al sentido privado.

Resumen:

Se investiga la construcción discursiva de la depresión en la prensa de Brasil entre los años 1970 y 2010. El análisis del discurso de 863 sujetos de la Folha de São Paulo y de la revista Veja sugiere que ha habido una ruptura importante en el sentido hegemónico de la palabra "depresión" en los años 90. De 1970 hasta los años 90, se impuso en los vehículos estudiados cierto sentido colectivo, en relación con las desgracias psicosociales derivadas especialmente de la represión militar y el caos socio-económico en el país. En los años 90, aumenta la corriente concepción de la depresión privada como un trastorno mental que puede ser instrumentalizado por los conocimientos técnicos, en especial la psiquiatría farmacológica. Se evaluó la modificación discursiva en medio de las transformaciones históricas y culturales diferentes, como el surgimiento de la temática de la salud como supremo ideal, el fortalecimiento de la psicopatología descriptiva, el auge de las neurociencias, el éxito de la industria farmacéutica y las transformaciones políticas y económicas de Brasil en la década de 90.

Palabras clave: Depresión; Periodismo; Análisis del discurso; Salud.

Recebido: 01.05.2015

Aceito: 07.07.2015